

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o senhor Deputado Luís Miguel Gomes Mascarenhas comunicou que não iria poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituído, nos termos legais e regimentais, pela Senhora Deputada Maria João Trigo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontravam ausentes os Senhores Presidentes da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, da Junta de Freguesia de Sambade, da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé e da Junta de Freguesia de Vilarchão, fazendo-se representar pelos seus substitutos legais, Filipe José Borges, Paulo Correia, António João Martins e Hélder Pires, respectivamente, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da terceira sessão ordinária, realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e dezanove, para ser submetida a aprovação, tendo sido aprovada, por **unanimidade**, dos vinte e dois deputados presentes. Não participaram na votação destas atas os Senhores Deputados Maria João Trigo, Filipe José Borges, Paulo Correia, António Martins e Hélder Pires, por não terem estado presentes nessa sessão -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra começando por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara em regime de substituição, Eduardo Tavares, pela sua nova função. Continuou dizendo que foi feita uma reabilitação urbana designada PERU que contemplou entre outras coisas, a rede de gás. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que têm tido informação que alguns munícipes têm vindo a solicitar a ligação à rede de gás para as suas habitações e que a têm visto recusada por motivo de segurança, isto é, a empresa que fornece o gás diz não ter segurança na rede instalada. Assim o Senhor Deputado perguntou se a Câmara Municipal ficou com algum certificado de garantia aquando desse tipo de trabalho e se é ou não seguro ligar o gás à rede de gás existente? De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, se lhes garantia que, depois ter vendido a totalidade das quotas sociais da Alfandegatur, o Município, neste momento, já não é garante dos créditos da Alfandegatur. A seguir, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que, relativamente ao pedido de informação sobre o processo dos precários, fizeram pedidos por escrito, de forma discriminada, daquilo que pretendem, fizeram-no também de forma verbal, quer para a câmara, quer para assembleia, e que depois de diversas insistências ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta. Disse então que se cansaram de esperar e que têm um documento dirigido à Polícia Judiciária e ao Ministério Público para que investiguem porque é que não lhes entregam os documentos que solicitam. Informou ainda que esse documento vai seguir no correio, caso não entreguem os documentos solicitados até sexta-feira. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou de seguida da palavra para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, em regime de substituição, desejando-lhe muita coragem e bons resultados, na sua actual função de presidente. Depois o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, dirigindo-se ao Senhor

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Deputado Gabriel Martins, disse que relativamente à documentação sobre os precários que a bancada do PSD-CDS/PP pediu, se ainda não foi entregue é porque não poderá ser entregue e que o Senhor Deputado pareceu estar a fazer uma espécie de chantagem e que não é correcto, numa Assembleia Municipal, fazer isso. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por agradecer as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado Gabriel Martins no sentido de que a obra de Reabilitação Urbana que foi feita no centro da Vila, o PERU, foi feita em duas fases, e não incluía a rede de gás. Disse que provavelmente estaria a fazer confusão com a Rede de Gás que foi feita noutra obra designada de Reabilitação da Zona Envolvente à Torre do Relógio e que aí, sim, foi instalada a rede de gás. Quanto aos certificados de garantia, o Senhor Presidente informou que irá averiguar mas que obviamente a obra tem essas garantias, pois a obra já foi concluída há uns anos, mas contudo, esclareceu que vai averiguar e que na próxima sessão da Assembleia Municipal trará essa informação para não haver dúvidas. Se ouvirem queixas dos munícipes pelo facto da empresa não ter feito a ligação por duvidar da instalação de gás, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, diz desconhecer mas que irá averiguar também essa situação e poderá enviar por e-mail esses esclarecimentos aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta. Quanto à questão do Município ser garante ou não dos créditos da Alfandegatur, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Município de Alfândega da Fé não é garante, não tem aval, nem prestou qualquer garantia a nenhum empréstimo da Alfandegatur junto da banca. Esclareceu ainda que o que o Município de Alfândega da Fé está a fazer, depois de ter entregue o restante capital à Alfandegatur, é acompanhar e ajudar naquilo que pode para que o projecto da Alfandegatur tenha sucesso. Informou depois que receberam da Caixa Agrícola um ofício dizendo que a Alfandegatur não tinha pedido autorização para a parte do Município ceder, tendo esclarecido que isso é certo, está escrito no ofício da Caixa Agrícola mas a verdade é que nós nunca prestamos qualquer aval, qualquer garantia a nenhum empréstimo. Já reuniram com a Caixa Agrícola e disse que acredita que as coisas estão a andar muito bem, e que inclusivamente até ao final do ano a situação da dívida que a Alfandegatur tem na banca fique reestruturada. Relativamente à última questão, dos precários, o Senhor Presidente da Câmara disse que já esclareceram muito bem essa questão, tanto nas reuniões de câmara, como nas sessões da Assembleia Municipal, mas pediu ao Senhor Vereador Miguel Franco que prestasse ele também o seu esclarecimento. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Vereador Miguel Franco, que esclareceu que desde a primeira informação solicitada, que estava disponível no site do Município, e que foi prestada, foi ao encontro do regime do Acesso aos Documentos Administrativos. Depois os Senhores Deputados do PSD/CDS-PP insistiram com os pedidos de informação e foi posteriormente enviada outra comunicação via e-mail, mas mesmo assim voltaram a pedir documentos, inclusivamente, informação de currículos vitae das pessoas, ou seja, informações que são de índole pessoal e que entendem não ter qualquer relevância relativamente ao direito de acesso à informação e ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, uma vez que são questões sensíveis, de foro pessoal e que apenas dizem respeito às pessoas que concorreram. Esclareceu ainda que os precários não foram prejudicados e que todos os que reuniram as condições, ocuparam os seus lugares e que não entende a finalidade de quererem essa documentação, uma vez que apenas aos concorrentes diz respeito e só eles poderão solicitá-la. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes para também parabenizar o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares e o Senhor Vereador, também em regime de substituição, Miguel Franco, e que a União de Freguesias de Pombal e Vales Ihes desejam um bom trabalho. Acerca das questões levantadas, o Senhor Deputado Diamantino Lopes disse que queria falar sobre uma, pois podia testemunhá-la, ou seja, na rua onde mora, na Rua Ema da Costa Pessoa, na semana passada estiveram a fazer ligações do gás a algumas casas, nomeadamente à sua, e que não lhe foi levantada nenhuma questão. Informou que a ligação foi feita, apenas não está a funcionar porque ainda não fizeram a ligação no interior da casa. Ninguém lhe perguntou nada sobre a pressão ou sobre perigo e sendo assim entende que está tudo a funcionar bem. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou de seguida da palavra para dizer que não podiam concordar com as respostas que lhe tinham sido dadas, e que o Senhor Presidente da Assembleia disse que a sua intervenção foi classificada como sendo uma ameaça, mas que o que fez não foi nenhuma ameaça. O que disse foi no sentido do que muita gente diz, ou seja, que há transparência mas que depois não existe e tudo o que disse foi com toda a frontalidade e toda a transparência, no sentido de que se cansaram e que a partir de agora não poderão dizer que são relatores, e que já está decidido que amanhã seguirá no correio o documento referido anteriormente. Disse depois que informarão as pessoas sobre os esclarecimentos dados quanto à rede de gás. Relativamente ao caso dos precários e de dizer que foram prejudicados, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que não referiu que eles foram prejudicados mas sim que poderiam vir a ser prejudicados. Disse ainda que não concordam com aquilo que foi respondido, porque têm legislação estrangeira que diz no parecer que é obrigatório entregar o que é solicitado pela oposição, sob pena de ser tributada uma multa à entidade que não presta a informação, pelo que entende ser contrário àquilo que foi respondido e que alguém irá “desempatar”. Disse também que o próprio regimento da Assembleia Municipal diz que têm facilidade de acompanhar e fiscalizar e que não diz aquilo que não podem fiscalizar ou reagir. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que aceitam a opinião e a resposta que foi dada mas não concordam com ela. Quanto à outra questão da Alfandegatur, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que o Senhor Presidente em regime de substituição, lhe respondeu com “nim”, ou seja, nem que sim, nem que não. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, usou novamente da palavra para reafirmar ao Senhor Deputado Gabriel Martins, que relativamente à Alfandegatur, aquilo que podem contar da sua parte, é transparência, verdade e rigor, quer para com os Senhores Deputados, quer para com os Municípios. A Câmara, disse, não é nem foi avalista, não deu nenhuma garantia nem nenhuma declaração, nem nenhuma carta de conforto, ou seja, nada. Referiu também que este ofício enviado pela Caixa Agrícola à Câmara é um exagero e um abuso e que quem tinha que receber aquele ofício era a Alfandegatur, mas que cá estarão para que o processo corra bem e que sabem aquilo que têm que fazer, ou seja, o que é correcto e legal. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou novamente da palavra para dizer que uma vez que o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, conhece tão bem o processo da Alfandegatur e a empresa, perguntou-lhe se é capaz de dizer quem é o garante dos créditos da Alfandegatur. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, respondeu ao Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que são três credores, ou seja, o Turismo de Portugal, que tem a hipoteca do imóvel, a Caixa Geral de Depósitos, que não tem qualquer garantia, qualquer aval, e a Caixa Agrícola, que tem o aval dos sócios Jorge Morais e da esposa, acrescido do património de ambos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 23/09/2019, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, esclareceu que se trata de um resumo de toda a actividade do Município desde a última assembleia até agora. Esclareceu também que trata o ponto de situação financeira, à data de 31-08-2019. Esclareceu que existe o cumprimento de forma genérica daquilo que são os nossos compromissos, daquilo que tem sido a nossa estabilidade financeira. Informou ainda que não há pagamentos em atraso, que as obras financiadas pelo Quadro Comunitário estão a correr a bom ritmo, os pagamentos estão feitos na íntegra. Informou também que neste momento a obra dos GIPS está concluída e paga, a rede de abastecimento de água ao sul do Concelho foi finalizada no final do ano passado e paga no início do ano e as restantes candidaturas estão em processo de concurso e que pretendem iniciar ainda até ao final deste ano algumas obras e outras serão iniciadas durante o primeiro trimestre de 2020. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, quis também realçar a estabilidade que

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

têm tido na execução destes investimentos, sem grandes problemas e isso resulta e é fruto da nossa situação financeira e do rigor que têm feito na gestão dos dinheiros públicos do Município. Disse ainda que estão confiantes e no bom caminho para cumprir aquilo que são as nossas obrigações relativamente ao Programa de Ajustamento Municipal, nomeadamente à redução do endividamento em 10% a que estão sujeitos. Disse depois que relativamente ao índice da dívida, continuamos a ter uma descida, de forma regular e constante deste índice, recordando que em 2013 o índice da dívida era de 4,16, e hoje é de 2,19, ou seja, abaixo dos 2,30, que é um nível menos gravoso do desequilíbrio financeiro dos Municípios e que vai permitir ao Município de Alfândega da Fé, fazer uma proposta de revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, que já está a ser trabalhada para vir a esta Assembleia. O Senhor Presidente esclareceu que nessa revisão querem cumprir uma promessa que sempre fizeram aos alfandeguenses, ou seja, quando a situação financeira do Município melhorasse, iriam fazer o alívio dos impostos municipais e que nessa revisão a proposta da diminuição dos impostos é para ser feita de forma gradual para os próximos 5 anos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, aproveitou também para esclarecer que fora do Município, estão a acontecer outros investimentos, com a ajuda do Município, que tem a ver com o regadio, ou seja a Reabilitação do Regadio da Barragem da Camba, que engloba as aldeias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro e que estão a correr a bom ritmo. Têm cerca de 50% da obra realizada e paga também a 100%. Informou ainda que já foram executados e pagos cerca de 2,5 milhões de euros, e consideram que esta obra estará pronta em Abril do próximo ano, uma vez que não tem havido atrasos e aquilo que a empresa e a junta de agricultura entendem é que a obra poderá terminar antes. Relativamente a outro investimento que está a ser desenvolvido no Concelho, o Regadio do Planalto de Vilarchão-Parada, o Senhor Presidente informou que no próximo dia 1 de outubro irá ser assinado o contrato de adjudicação do projecto de execução para a construção da Barragem de Gebelim, que é uma nova barragem que vai ser construída para abastecer este perímetro de rega. Os trabalhos do projecto de execução serão iniciados e depois este projecto de execução servirá de apoio ao Concurso Público que terá de ser feito durante o próximo ano. O Senhor Presidente disse também que estas duas obras estão a correr dentro das normalidades. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que na página 20 da informação deste ponto refere que à data de 31-08-2019, no quadro de pessoal ao serviço, apenas consideram 12 contratos de precários, e já nos tinha sido dito que a esta data o processo de admissão dos precários estava praticamente concluído. O Senhor Deputado Gabriel Martins perguntou assim que, uma vez que no total são 184 e só ainda vão em 12, quando é que de facto este processo está concluído? Continuou a sua intervenção referindo-se ao prazo médio de pagamentos e perguntou porque é que não é feito o mesmo gráfico que é feito para o prazo médio de pagamento para o da evolução do pessoal, desde 2009, uma vez que só em relação ao ano anterior aparece um aumento da despesa de mais de 500.000 euros. Com esse gráfico concluiriam que a despesa que têm é toda vocacionada para o pessoal, não havendo lugar a investimento e que não irão deixar obra que outros executivos deixaram. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, esclareceu que deve haver alguma confusão por parte do Senhor Deputado Gabriel Martins, pois todos sabem que os precários já entraram todos, até porque vem um assunto a seguir que está relacionado com essa entrada de pessoal, pois era uma despesa que não estava prevista para este ano, mas sim que fosse uma despesa mais gradual, mas por causa de algumas insistências, até por parte dos vereadores da câmara, o processo dos precários foi concluído e estão todos integrados no Município. O Senhor Presidente da Câmara, lembrou depois que a integração dos precários foi aprovada por todos, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, por unanimidade, e que lhes foi explicado os custos que iriam ter com esta medida, mas todos estiveram de acordo, pois era uma medida importante para fixar as pessoas, criar investimento, etc. Depois, disse que o Senhor Deputado Gabriel Martins se referiu ao ano de 2009, mas que quando chegaram à Câmara, nesse ano, o que encontraram foi um caixote com 2,5 milhões de euros sem estarem registados e que quanto ao número de funcionários, o que mantiveram ao logo destes últimos anos, foi idêntico àquele que nós encontramos em 2009. Tivemos também a integração dos funcionários da EDEAF, disse, que tinha que ser feita, e que só agora, com a integração dos precários, que todos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

aprovaram, é que houve um aumento maior, tendo depois perguntado ao Senhor Deputado Gabriel Martins e à sua bancada se estão contra isso. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, para dar os parabéns à bancada do PSD/CDS-PP e aos vereadores do mesmo partido, por terem acompanhado o Executivo e os Deputados do PS na aprovação, por unanimidade, da integração dos precários, pois foi uma boa medida, isto porque entende que nos territórios de baixa densidade como é o nosso caso, onde há pouca gente, 90% da receita do Município devia ser para ser distribuída pelas pessoas, para que as pessoas pudessem fazer funcionar a sociedade, o comércio e os serviços em Alfândega da Fé, porque cada vez somos menos habitantes, e que é pena não haver capacidade financeira para poder integrar ainda mais gente e inclusive para melhorar os vencimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, usou de novo da palavra para esclarecer que quando o Senhor Deputado Gabriel Martins fala nos 12 contratos, foram os 12 contratos PREVPAP que foram regularizados este ano de 2019 e que os restantes foram regularizados ainda no ano de 2018, fazendo um total de 43 funcionários e que neste momento estão todos regularizados. -----

----- Seguidamente, o Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra para dizer que há confusão no documento apresentado e que a interpretação que fez foi essa. Quanto à questão que o Senhor Presidente da Câmara coloca se são contra a integração dos precários, o Senhor Deputado Gabriel esclareceu que são a favor, mas são contra a forma de gerir e de como está a ser feita a gestão e não das pessoas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que efectivamente aquela questão podia estar mais bem explicada no documento apresentado, tendo depois feito uma pequena explicação do quadro em questão, ou seja, que a evolução do pessoal foi em 2009, 164, em 2011, 158, em 2012, 150. Depois, disse, subimos em 2013 para 155, pois houve a integração dos funcionários da EDEAF. Em 2014, voltamos a descer para 133 e depois para 150, em 2015, 144, em 2016, em 2017, 142 e depois com a integração de 33 precários, em 31-08-2019, o Município de Alfândega da Fé conta com 184 funcionários, dizendo ainda tudo foi aprovado por unanimidade. Como tal, o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, disse que este Executivo não fez nenhuma gestão danosa ou nenhuma irresponsabilidade. Disse ainda que não podem vir a por em causa a gestão quando os números foram sempre transparentes, ou seja, os senhores vereadores, nas reuniões de câmara, foram sempre informados dos custos que haveria com a integração dos precários e agora este custo está a aparecer e que esses custos estão a ser acomodados nas nossas contas. Disse também que o nosso Revisor Oficial de Contas obviamente que fez alertas, que foram acolhidos. O Senhor Presidente da Câmara disse que sabe que têm um caminho longo a fazer para endireitar as contas do Município mas esclareceu que as contas estão a ser endireitadas e que a grande prova disso há-de ser a revisão do Programa de Ajustamento Municipal que vão trazer a esta Assembleia, para finalmente baixar os impostos aos Alfundeguenses. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM – 1º TRIMESTRE 2019 – PARA CONHECIMENTO;

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto, dizendo que de uma maneira geral estão a cumprir o Plano de Ajustamento Municipal e que inclusivamente estão a reduzir o excesso de endividamento acima daquilo que estava previsto. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que o Executivo faltou com o compromisso, remetendo para o ponto 13 do referido relatório. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que no final desta Monitorização a conclusão é que o Município cumpriu a generalidade das metas contratadas no PAM. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 3. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM – 2º TRIMESTRE 2019 – PARA CONHECIMENTO;

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, esclareceu que este Relatório do nosso ROC vem reforçar ainda mais a questão da redução do excesso de endividamento que ultrapassa um milhão de euros face àquilo que estava no Programa de Ajustamento Municipal. -----

----- De seguida o Senhor Deputado Gabriel Martins, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, disse que as informações que constam nestes relatórios suscitam algumas dúvidas, nomeadamente no cumprimento das metas do PAM. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, para dizer que de facto as metas são difíceis de alcançar, mas que com todo este esforço, de pagar aos nossos credores, estamos a investir, a fazer projectos, a pagar na hora, a aumentar o quadro de pessoal e que obviamente existe sempre alguma pressão, mas que os alertas feitos pelo Revisor Oficial de Contas fazem parte das suas funções mas que estão muito satisfeitos porque estão a ser cumpridos os objectivos e aquilo que são as metas principais. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 4. PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL REFERENTE À MONITORIZAÇÃO DA SUA EXECUÇÃO A 30.06.2019 – PARA CONHECIMENTO -----

----- Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que este parecer é uma autêntica censura pelo não cumprimento. Depois o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, esclareceu que neste mesmo documento o Revisor Oficial de Contas realça e enaltece o facto de termos superado em mais de um milhão de euros o excesso de endividamento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 5. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2019 – PARA CONHECIMENTO -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, informou que se trata de um Relatório normal da actividade da Câmara. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins referiu que este Relatório do Auditor Externo chama a atenção para algumas questões importantes, sobre gestão, tendo lido algumas frases deste documento que apontam dados que evidenciam que os objectivos estimados não estão a ser cumpridos e que, para além disso, o Auditor diz existir uma responsabilidade contingente por eventual incumprimento da devedora Alfandegatur. O Senhor Deputado Gabriel Martins acrescentou ainda que parece que o Município corre o risco de estar comprometido por incumprimento de terceiros. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, dizendo que da sua parte apenas podem contar com a verdade e que o que consta do documento é que o Auditor alerta para o facto de poder acontecer muita coisa mas que cá estarão para resolver seja o que for. Relativamente às questões técnicas que o Senhor Deputado Gabriel coloca, o Senhor Presidente da Câmara disse que não houve nenhum executivo, como o da Drª Berta Nunes, que tenha feito tanto pela normalização da Contabilidade, pelo registo da Contabilidade, pela transparência no armazém, pela aplicação da contabilidade analítica, que ela tanto batalhou com todos os funcionários da Divisão Financeira e do armazém, para a por em prática, mas que, obviamente, ainda poderão haver questões a melhorar e a corrigir, pelo que espera venha a ser feita uma proposta de medidas para corrigir aquilo que tiver de ser corrigido. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 6. 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019 -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, nomeadamente que esta 2ª Revisão ao Orçamento tem a ver com um ajustamento do nosso Orçamento, sem haver aumento ou diminuição do mesmo. Disse que é apenas um alocar de verbas, quer na receita quer na despesa, que se compensam mutuamente e tem a ver simplesmente com o aumento das despesas com o pessoal,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

despesas correntes, que derivam efectivamente da entrada da regularização dos vínculos precários e também do facto de termos acelerado a entrada dos precários, que estava prevista ser ao longo do ano, mas foi decidido antecipá-la. Esclareceu ainda que felizmente têm como compensar esse aumento, uma vez que houve algumas obras que não foram executadas, devido a atrasos nas candidaturas, nos procedimentos, e isso fez com que tivessem dinheiro dessas candidaturas para alocar a esta despesa. Disse depois que não há entrada de receita destas candidaturas mas há um aumento de receitas na parte dos impostos municipais e de taxas e licenças. Assim, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, esclareceu que esta Segunda Revisão ao Orçamento, sem haver aumento nem diminuição do Orçamento, vai ser apenas para alocar o aumento das despesas com o pessoal. -----

----- Continuando, usou de seguida da palavra, o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que consta no documento que *“já não se verifica o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental”*. O Senhor Deputado referiu depois que a regra do equilíbrio orçamental é uma regra básica para a execução orçamental e que ficam um pouco preocupados, também como municípios, fazendo a seguinte pergunta: Uma vez que já não há regra do equilíbrio orçamental, para dotar a rubrica de pessoal, pediu que lhes indicasse quais são as rubricas onde vai transferir esse dinheiro para a rubrica de pessoal, porque ao diminuir essas rubricas entende que irá ficar sem capacidade de investimento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, explicou que a lei prevê mecanismos e folgas para o não cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. O Senhor Presidente disse ainda que obviamente não querem incumprir este critério e que tudo farão para o diminuir, explicando ainda que relativamente ao equilíbrio orçamental trata-se uma fórmula que entende ser injusta, especialmente, para os Municípios que têm dívidas como o nosso. Concorde que seja um mecanismo de protecção que a DGAL criou para prevenir o excesso de despesa corrente. No entanto disse terem mais de 700.000 euros de receita corrente do que de despesa corrente, ou seja, têm mais receita corrente do que despesa corrente, mas que com a fórmula que a DGAL aplica, e que têm que cumprir, faz com que tenham que somar à despesa corrente o valor médio das amortizações dos empréstimos existentes. Explicou ainda que este índice aparece não por termos mais despesas do que receitas, porque neste momento existem mais receitas do que despesas e que a lei prevê que os Municípios podem passar até 5% do seu orçamento no que toca a despesa para o ano seguinte e como tal disse que está tudo acautelado e que essa regra não é uma condição obrigatória no nosso Programa de Ajustamento Municipal, mas sim aquilo que é o cumprimento das nossas obrigações perante a DGAL e as Instituições do Governo. Disse ainda que se este ano passar com um ligeiro valor, certamente que para o próximo ano se cumprirá esse equilíbrio orçamental. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou depois que o aumento da despesa corrente com os vencimentos é coberta com a libertação de verbas pela não realização de investimento de fundos comunitários, pelo atraso das candidaturas e também por terem recebido o excesso de cobrança nos impostos municipais e nas taxas e licenças do Município, face àquilo que estava previsto no Orçamento. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, para perguntar se se trata de uma alteração do valor total da despesa ou da receita ou se é só uma transferência de dinheiro entre rubricas, e que a ser assim, entende não se tratar de uma revisão orçamental mas sim de alteração orçamental. Explicou ainda que desde que não se ultrapasse o valor da receita nem o valor da despesa e que só haja transferência entre rubricas, trata-se de uma alteração e apenas tem que ser aprovada pela Câmara Municipal e a que a Assembleia Municipal apenas tem que tomar conhecimento. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins interveio de seguida, para dizer que concorda com o que o Senhor Deputado Diamantino Lopes diz, pois entende que é a verdade legal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, esclareceu ainda que se trata da Segunda Revisão e não Primeira, como está no documento enviado a todos os membros e informou que vai solicitar um esclarecimento à Chefe da Divisão Financeira no sentido de saber porque este assunto foi proposto vir à Assembleia Municipal e depois informará os senhores Deputados Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da 2ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2019. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 7. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em regime de substituição, Eduardo Tavares, começou por esclarecer que esta Alteração à Estrutura Orgânica está relacionada com as unidades orgânicas e as sub-unidades orgânicas que estão aprovadas no Município. Relembrou depois que no nosso Município existem, no total, 6 unidades orgânicas e 12 sub-unidades orgânicas, sendo as unidades orgânicas as chefias de divisão de 2º e 3º graus e as sub-unidades orgânicas as secções onde estão os nossos coordenadores. Explicou depois que nesta proposta querem passar de 6 para 7 unidades orgânicas e de 12 para 13 sub-unidades orgânicas. Esclareceu que esta alteração se prende com aquilo que entendem ser uma melhoria nos serviços, nomeadamente na Divisão de Urbanismo e Ambiente pelo facto de terem alguns pedidos de mobilidade de alguns funcionários, nomeadamente nesta Divisão, importa agora colmatar e corrigir, atendendo ao bem do serviço. O Senhor Presidente esclareceu ainda que estes pedidos de mobilidade, na Divisão de Urbanismo e Ambiente, de um arquitecto e de uma Técnica Superior de Geografia, pôs em causa o bom funcionamento dos serviços, e nesse sentido foi feito um ajustamento, ou seja, querem autonomizar o serviço de águas e saneamento da Divisão de Urbanismo e Ambiente para libertar o Chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente no sentido de poder fazer o licenciamento do Urbanismo, uma vez que é uma actividade que ocupa muito tempo de serviço, e ao mesmo tempo querem fazer um ajustamento com os espaços verdes e jardins, ligando-os à parte do Ambiente e integrar esta área na Divisão de Urbanismo e Ambiente. Relativamente às sub-unidades orgânicas, o Senhor Presidente, Eduardo Tavares, informou que querem criar mais uma sub-unidade para melhorar o serviço na área da fiscalização. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou, de seguida, da palavra para dizer que foi abordado na rua por um munícipe que lhe disse que vai ser criado mais um lugar de Dirigente Intermédio de 3º Grau e que já sabem muito bem para quem é e que sabem também muito bem que o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição estima muito a sua família e como tal a sua cunhada trabalha na empresa Águas de Trás-os-Montes, a sua esposa trabalha na Associação de Municípios, em Mirandela, o seu irmão mais novo trabalha num espaço que é do Município, para associações financiadas pelo próprio município, o outro seu irmão presta serviços para uma Junta de Regantes, subsidiada pelo Município e agora prepara-se para promover o cunhado a Dirigente Intermédio de 3º Grau. Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que é necessário praticar uma justiça laboral dando oportunidade a toda a gente, seja familiar ou não, e defender os direitos dos trabalhadores com salários mais baixos e como tal disse que irão votar contra. ---

----- O Senhor Presidente da Câmara em regime de substituição, Eduardo Tavares, respondeu ao Senhor Deputado Gabriel Martins, dizendo que é lamentável fazer uma intervenção deste género, mas que sabe muito bem onde o Senhor Deputado quer chegar. Disse que está na política há muitos anos e tem muito zelo pelo que é a transparência, a ética, a moral e repudia completamente a intervenção do Senhor Deputado, mas não se vai deixar influenciar por ela, pois os seus familiares têm direito a ter as condições que têm qualquer munícipe, desde que ele não tenha uma intervenção directa e não tem, nunca teve nem nunca terá nenhuma intervenção directa e que, para além disso, todos os presentes sabem bem que nunca tirou proveitos directos de nada. Agora, disse, estar aqui a misturar o facto de ter um irmão, um arquitecto que está a criar uma empresa, que até devia ser felicitado por estar a criar a sua empresa, o seu posto de trabalho, através de um programa que o Município ajudou a promover, sem qualquer custo, através de uma empresa externa que trouxe a oportunidade a ele e não só, muitos outros jovens tiveram essa mais-valia e tiveram a coragem de criar a sua empresa. Mas que é lamentável misturar os assuntos numa situação destas quando efectivamente o que está em causa é o bem do serviço, é a organização da nossa Instituição, dos nossos serviços. O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que os Senhores Deputados votarão como entenderem, pois as explicações foram todas dadas. -----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, para dizer que o que interessa de facto é a competência das pessoas e não outros motivos. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor, uma abstenção do Senhor Deputado António Pacheco e dez votos contra, dos Senhores Deputados António Martins, Carlos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Pousado, Hélder Pires, André Monteiro, Maria João Trigo, Susana Guerra, António Serra, Bruno Rachado, Gabriel Martins e Adriano Andrade, aprovar a Alteração à Estrutura Orgânica do Município de Alfândega da Fé. -----

8. ELEIÇÃO DE DOIS PRESIDENTES DE JUNTA (EFFECTIVO E SUBSTITUTO) PARA PARTICIPAR NO XXIV CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou ambas as bancadas se têm propostas a apresentar. -----

----- A bancada do Partido Socialista propôs para participar no XXIV Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, Hélio Aires, como efectivo e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, Eduardo Almendra, como suplente. A bancada do PSD/CDS-PP não apresentou proposta. -----

----- A proposta foi aceite por **unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, dispensando a votação. -----

9. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE 2018 – PARA CONHECIMENTO

----- Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Franco que prestou alguns esclarecimentos relativamente ao assunto, em epígrafe. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição de 2018. -----

10. COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, iniciou a sua intervenção explicando aos Deputados Municipais que a lei obriga a trazer este assunto à Assembleia Municipal quando existem encargos financeiros para dois anos (plurianuais), nomeadamente das despesas com a educação. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dez à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete membros presentes, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais dos encargos com a educação para 2019-2020. -----

11. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em regime de substituição, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto, nomeadamente dizendo que face àquilo que foi apresentado na última assembleia, o documento é o mesmo. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que gostaria de fazer uma pequena sugestão de aditamento de alíneas em alguns artigos, nomeadamente no artigo 5º sugerem que fossem acrescentadas duas alíneas, ou seja, “d) *arranjos exteriores*” nomeadamente questões de jardinagem, ou seja, de situações que não sejam de interesse necessário, e “e) *portões*”. No artigo 6º, o Senhor Deputado Gabriel Martins entende que deveria haver um texto onde constasse o comprometimento das pessoas no sentido de que o imóvel, que irá beneficiar do apoio, deveria permanecer nas mãos dos proprietários pelo menos durante 3 anos, para que não haja lugar a negócios particulares que resultem dum apoio do dinheiro público. Depois, no artigo 11º, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que deveria constar também a prova de contas bancárias. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, referindo-se à sugestão do aditamento do artigo 5º, após ter esclarecido o que o Senhor Deputado Gabriel Martins pretendia com este aditamento, entende que poderá constar o termo “*anexos ou jardins*”. Quanto ao aditamento do artigo 6º, o Senhor Presidente, Eduardo Tavares, alertou para o facto da pessoa, durante os 3 anos, por força maior, ter necessidade de vender a casa. No que diz respeito à prova das contas bancárias, o Senhor Presidente referiu que vão então inserir uma alínea no sentido da obrigatoriedade dos requerentes entregarem um extracto das contas bancárias a 31 de dezembro do ano anterior, que é o que a lei obriga. O Senhor Deputado Gabriel Martins sugeriu então que ficasse uma cláusula no sentido de que “*o requerente, depois das obras realizadas na sua habitação, não pode proceder à sua alienação, no prazo de 3 anos, a menos que comprove justificadamente a imperativa necessidade de a alienar*”. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, para dizer que não fica confortável ao ter acesso àquilo que os outros têm, pois entende que não é justo permitir que estas informações das contas bancárias se tornem públicas. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins esclareceu que a sugestão das contas bancárias é no sentido de haver um documento do banco que identifique a capacidade financeira da pessoa para ter o apoio pretendido, ou seja, que o banco diga que aquela pessoa não tem uma conta bancária superior ao valor definido para ter direito ao apoio. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto onze à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete membros presentes, aprovar alteração ao Regulamento do Fundo Social de Apoio à Habitação, com as sugestões acima apresentadas. -----

----- 12. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR

----- O Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos sobre este regulamento. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto onze à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Sénior. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu para que os Senhores Deputados preenchessem o documento de adesão a acidentes pessoais, devidamente distribuído pela funcionária do Município, Helena Simões. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra para dizer que relativamente ao documento do seguro que lhes foi entregue para assinar, no ano anterior contactou várias vezes a seguradora para saber quais eram as condições do seguro e o que lhe foi dito foi que não existia nenhuma apólice em nome dele. Assim, solicitou à Assembleia Municipal para que averiguassem se de facto os seguros são feitos. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que vai averiguar essa situação. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em regime de substituição, disse que também iria averiguar esse assunto, junto da Divisão Financeira e da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra a munícipe Ivanete Escobar para falar acerca da mobilidade e do trânsito, isto porque diz ter-se vindo a deparar com muitas irregularidades, nomeadamente na Rua Camilo Mendonça, existe um passeio que tem sinais de trânsito no meio, caixas de electricidade e as chamadas bombas de água de abastecimento dos bombeiros, dificultando a passagem. A munícipe Ivanete Escobar referiu ainda que ao descer a Portela essa rua é de dois sentidos e que quem desce, pelo facto de haver carros estacionados, dificulta a passagem e sugeriu que essa rua fosse apenas de um sentido, ou seja, no sentido de subir a rua e não de descer, para evitar problemas. Continuando, falou ainda da Rua da Carreira da Bola que também é de dois sentidos e que do lado direito da rua há sempre carros estacionados e existe também um contentor de roupa a obstruir o passeio e a via e o que acontece é que todos os dias tem de ir em contramão para passar na rua. Referiu ainda que não há nenhum sinal a dizer que é proibido estacionar, nem tem um espelho que permita ver se vem algum carro. Continuou a sua intervenção, falando também da Rua S. João de Deus onde um dos passeios é muito estreito. Referiu ainda que alguns passeios nessa rua são demarcados com pedras castanhas mas não tem sinais dificultando também a mobilidade das pessoas que por ali passam. Alertou assim para que os técnicos do Município verifiquem estas questões da mobilidade das pessoas pelas diversas ruas da vila. Entretanto falou também da Avenida Sá Carneiro, na zona da Caixa Agrícola, onde quem vem da Rua do Porto não tem visibilidade para ver se vem alguém, e que já tinha pedido para ser colocado um espelho para facilitar essa visibilidade e que inclusivamente na Rua do Porto não há sinais para não estacionar o que faz com que tenham que circular em contramão. A munícipe Ivanete Escobar pediu assim para que a mobilidade não seja apenas festejada com a semana da mobilidade mas que os técnicos vão para a rua a verificar passeios, árvores no meio dos passeios e apelou para o facto de não haver, na Vila de Alfândega da Fé, um lugar de estacionamento para deficientes, a não ser no Mercado Municipal. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida usou da palavra a munícipe Ana Granjo que iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao novo Executivo. Agradeceu depois ao Senhor Presidente em regime de substituição, Eduardo Tavares e à Dr^a Berta Nunes, pelo facto de ter feito um pedido para colocar dois corrimões na escadaria que vai da Escola EB 2, 3/S para o Mercado Municipal e pouco tempo depois estavam lá. Alertou depois para o facto de haver passadeiras sem os lancis rebaixados ou se têm de um lado, já não têm do outro, fazendo com que haja alguma dificuldade para quem tem problemas de mobilidade. A munícipe Ana Granjo identificou depois algumas passadeiras, nomeadamente, a que está junto ao Supermercado Meu Super, outra junto da casa do falecido Senhor Valentim, outra junto ao chinês, ao lado do Lagar d'El Rei. Continuando, a munícipe Ana Granjo, disse que junto às casas de banho públicas, ao lado do Lagar d'El Rei, as pessoas atravessam para o outro lado da rua e não vão à passadeira, tendo assim sugerido que fosse ali colocada uma passadeira. Depois alertou também para o facto de na Rua do Porto, ao fundo, a rua passa a ser bastante acentuada, ou seja, as pessoas com problemas de mobilidade, que por ali passam, tanto a descer como a subir, têm dificuldades pelo que sugeriu que fossem colocados corrimões em ambos os lados da rua para facilitar a mobilidade das pessoas, pois assim têm onde se apoiar. ----

----- Usou seguidamente, da palavra o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, agradecendo as felicitações da munícipe Ana Granjo e também os seus agradecimentos pelo reconhecimento do trabalho que fizeram ao atenderem ao seu pedido. O Senhor Presidente esclareceu depois que agradece todas as sugestões que os munícipes fazem e que tomou nota de mais esta que a munícipe Ana Granjo fez. Informou ainda que muito recentemente foram atribuídos ao Município de Alfândega da Fé trezentos mil euros, no âmbito do PAMUS (Programa de Ação de Mobilidade Urbana), mas que as regras são tantas que nem tudo o que pretendem fazer cabe lá. Informou ainda que neste Programa querem melhorar a Zona Envolvente entre a EB1 e o Centro de Saúde e querem também melhorar alguns passeios. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, lembrou que logo que a Dr^a Berta Nunes chegou à Câmara Municipal mandou fazer um estudo exaustivo, tendo-se candidatado ao projecto RAMPA, pelo que esse trabalho já está feito e sabem muito bem aquilo que têm que fazer para resolver todas as questões que tenham a ver com mobilidade, isto é, passadeiras, passeios, etc. Informou ainda que todo esse trabalho foi muito criticado mas que ainda bem que foi feito, pois vai ser muito útil para o próximo trabalho no âmbito do PAMUS. Quanto às passadeiras que a Munícipe Ana Granjo identificou, o Senhor Presidente informou que vão fazer o que puderem. Relativamente à zona das casas de banho que a munícipe Ana Granjo referiu, o Senhor Presidente informou que vão fazer uma candidatura para o Lagar d'El Rei e que haverá intervenções no passeio em frente e outras e concorda que falta ali uma passadeira, pelo que disse irão olhar para isso também. Quanto ao Bairro Trás de Castelo, o Senhor Presidente, Eduardo Tavares, disse que irá averiguar essas situações e que estão a ser feitas melhorias em passeios mais degradados, mas contam que com esta candidatura poderão fazer ainda mais. -----

----- Quanto à intervenção feita pela munícipe Ivanete Escobar, o Senhor Presidente da Câmara, em regime de substituição, Eduardo Tavares, disse que não é fácil fazer tudo perfeito, uma vez que as ruas têm as dimensões que têm, existem casas. Referiu depois que não deve ser posto em causa o trabalho feito pelos Técnicos do Município e que tem consciência que há muito trabalho para fazer no sentido de melhorar as condições de mobilidade, tendo depois garantido que irá levar todas estas questões a uma reunião municipal de trânsito que vão ter em breve. Agradece as sugestões e os alertas. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, garantiu também que durante o ano de 2020 todos irão ver algumas melhorias relativamente ao ordenamento e à manutenção do espaço público. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **maioria**, dos vinte e sete deputados presentes, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado António Serra. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal aproveitou para desejar um bom trabalho ao novo Executivo em regime de substituição, na sequência do pedido de suspensão do mandato da Dr^a Berta Nunes por ser candidata a Deputada da Assembleia da República, para que Alfândega da Fé fique cada vez melhor. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos
Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)